

## ENTRE CORPOS, SABERES E DIREITOS: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR CONTEMPORÂNEO

DOI: 10.5281/zenodo.18520110

*Gilmara Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre gênero, sexualidade e educação, com ênfase na importância da educação sexual no contexto escolar contemporâneo, considerando seus fundamentos teóricos, implicações pedagógicas e contribuições para a formação integral dos sujeitos. O estudo tem como objetivo examinar, à luz de autores clássicos e contemporâneos, de que modo a educação sexual se constitui como prática educativa relevante para a problematização de normas sociais, a promoção do respeito à diversidade e o fortalecimento de valores democráticos no ambiente escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura e reflexão teórica, com base em produções acadêmicas nacionais e internacionais das áreas da educação, dos estudos de gênero e da sociologia. Os resultados da análise indicam que a educação sexual, quando fundamentada em perspectivas críticas e articulada aos direitos humanos, ultrapassa abordagens restritas ao campo biomédico, contribuindo para o enfrentamento de desigualdades,

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

discriminações e violências simbólicas presentes no cotidiano escolar. Evidencia-se, ainda, que a ausência de políticas institucionais consistentes e de formação docente específica compromete a efetividade das práticas educativas nesse campo. Conclui-se que a educação sexual constitui um componente estruturante da educação contemporânea, cuja consolidação depende de investimentos formativos, respaldo curricular e compromisso institucional, sendo fundamental para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, reflexivos e socialmente comprometidos.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Educação. Educação sexual.

## ABSTRACT

This article analyzes the relationship between gender, sexuality, and education, with emphasis on the importance of sex education in the contemporary school context, considering its theoretical foundations, pedagogical implications, and contributions to the comprehensive development of individuals. The study aims to examine, in light of classical and contemporary authors, how sex education is constituted as a relevant educational practice for problematizing social norms, promoting respect for diversity, and strengthening democratic values within the school environment. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, developed through a literature review and theoretical reflection based on national and international academic works in the fields of education, gender studies, and sociology. The results of the analysis indicate that sex education, when grounded in critical perspectives and articulated with human rights, goes beyond approaches restricted to the biomedical field, contributing to the confrontation of inequalities, discrimination, and symbolic violence present

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

in everyday school life. It is also evident that the lack of consistent institutional policies and specific teacher training compromises the effectiveness of educational practices in this area. It is concluded that sex education constitutes a structuring component of contemporary education, whose consolidation depends on investments in professional training, curricular support, and institutional commitment, being fundamental to the construction of more inclusive, reflective, and socially engaged school environments.

**Keywords:** Gender; Sexuality. Education. Sex education.

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero e sexualidade no campo educacional tem se consolidado como temática relevante nas ciências humanas e sociais, especialmente diante das transformações culturais, sociais e políticas que atravessam as instituições escolares. A escola, enquanto espaço de socialização e produção de sentidos, desempenha papel central na construção de valores, identidades e concepções sobre o corpo, o desejo e as relações sociais, conforme apontam Louro (1997) e Bourdieu (2007). Nesse sentido, compreender como gênero e sexualidade são produzidos e regulados no contexto escolar torna-se fundamental para a análise das práticas educativas contemporâneas.

Historicamente, a educação formal contribuiu para a naturalização de normas de gênero e sexualidade baseadas em concepções biologizantes e heteronormativas, reforçando desigualdades e silenciamentos. Conforme destaca Foucault (1976), os discursos institucionais sobre sexualidade

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

operam como dispositivos de poder, regulando comportamentos e produzindo subjetividades. A escola, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas atua como instância normativa que legitima determinados modos de ser e viver.

A emergência dos estudos de gênero, especialmente a partir das contribuições do feminismo e da teoria social crítica, possibilitou problematizar essas naturalizações e evidenciar o caráter histórico e social das diferenças entre homens e mulheres. Autoras como Scott (1995) e Butler (2003) demonstram que gênero constitui uma categoria analítica relacional, atravessada por relações de poder e performatividade. Tais aportes teóricos impactaram diretamente o campo educacional, abrindo espaço para reflexões críticas sobre currículo, práticas pedagógicas e formação docente.

No que se refere à sexualidade, observa-se que, por longos períodos, o tema esteve restrito a abordagens biomédicas e higienistas, centradas na prevenção de doenças e na reprodução humana. Estudos de Weeks (2010) e Altmann (2001) evidenciam que essa perspectiva reducionista contribuiu para o esvaziamento do debate sobre prazer, diversidade e direitos sexuais. A educação sexual, quando presente, foi frequentemente tratada de modo fragmentado e descontextualizado.

Entretanto, nas últimas décadas, organismos internacionais e pesquisas acadêmicas têm defendido a educação sexual como componente essencial de uma formação integral, articulada aos direitos humanos e à promoção da saúde. Documentos da UNESCO (2018) e análises de Abramovay (2015) ressaltam que abordagens abrangentes de educação sexual contribuem para a

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

redução de violências, discriminações e vulnerabilidades sociais. Nesse cenário, a escola é convocada a assumir um papel ativo na construção de práticas educativas inclusivas.

A presença de crianças e adolescentes com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais no ambiente escolar intensifica a necessidade de políticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como valor formativo. Pesquisas de Junqueira (2013) indicam que a ausência de debates qualificados sobre gênero e sexualidade favorece a reprodução de preconceitos, bullying e exclusões. Assim, a omissão institucional também se configura como prática pedagógica, ainda que implícita.

Do ponto de vista curricular, a discussão sobre gênero e sexualidade enfrenta resistências de ordem moral, religiosa e política, que impactam diretamente a implementação de propostas educativas. Autores como Apple (2006) e Ball (2012) analisam como disputas ideológicas influenciam a definição dos conteúdos escolares, revelando que o currículo é um campo de tensões e negociações. Nesse contexto, a educação sexual torna-se alvo recorrente de controvérsias públicas.

Apesar dessas resistências, a produção científica nacional e internacional evidencia avanços significativos na compreensão da educação sexual como prática pedagógica crítica e emancipatória. Estudos recentes de Meyer e Soares (2020) apontam que experiências educativas fundamentadas em perspectivas de gênero contribuem para o desenvolvimento da autonomia, do respeito mútuo e da cidadania. Essas contribuições reforçam a necessidade de ampliar o debate no âmbito acadêmico.

A formação docente emerge, portanto, como elemento central para a efetivação de práticas educativas sensíveis às questões de gênero e sexualidade. Conforme destacam Nóvoa (2017) e Tardif (2014), os saberes docentes são construídos na articulação entre formação inicial, experiência profissional e contextos institucionais. A ausência de formação específica limita a atuação pedagógica e reforça inseguranças diante de temas considerados controversos.

Diante desse panorama, torna-se pertinente aprofundar a análise teórica e empírica sobre gênero, sexualidade e educação, articulando contribuições clássicas e contemporâneas da literatura. Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar, por meio de uma revisão de literatura e reflexão teórica, a importância da educação sexual nas escolas, considerando as contribuições dos estudos de gênero e sexualidade para a prática educativa contemporânea.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão de gênero como construção social constitui um dos pilares fundamentais para a análise das relações educacionais. Scott (1995) define gênero como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, destacando seu caráter histórico e relacional. Essa concepção rompe com explicações naturalizantes e permite compreender a escola como espaço de produção e reprodução de normas de gênero.

Butler (2003), ao introduzir a noção de performatividade, aprofunda essa discussão ao afirmar que o gênero não é uma essência, mas um efeito

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

reiterado de práticas discursivas e corporais. No contexto educacional, tal perspectiva permite analisar como gestos, expectativas e avaliações cotidianas produzem masculinidades e feminilidades normativas. Dessa forma, a escola participa ativamente da regulação dos corpos.

No campo da sexualidade, Foucault (1976) oferece contribuições centrais ao demonstrar que o discurso sobre o sexo não se caracteriza pelo silêncio, mas por uma proliferação de saberes e controles. A sexualidade, segundo o autor, é atravessada por relações de poder que operam por meio de instituições como a escola, a medicina e a família. Essa análise possibilita compreender a educação sexual como prática política.

Weeks (2010) complementa essa abordagem ao destacar que a sexualidade deve ser entendida como construção histórica e cultural, variando conforme contextos sociais e temporais. Tal compreensão amplia o debate educacional ao deslocar o foco da biologia para as dimensões simbólicas e relacionais da experiência sexual. No ambiente escolar, isso implica reconhecer a pluralidade de vivências e identidades.

No Brasil, Louro (1997) desempenha papel central ao articular os estudos de gênero e sexualidade com o campo educacional. A autora evidencia como currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas produzem diferenciações e hierarquias entre sujeitos. Sua análise contribui para desnaturalizar rotinas escolares aparentemente neutras, revelando seus efeitos normativos.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A educação sexual, enquanto prática pedagógica, tem sido abordada por diferentes perspectivas teóricas. Altmann (2001) destaca que, historicamente, essa educação esteve associada à prevenção de riscos, negligenciando aspectos relacionados ao prazer, ao afeto e aos direitos. Essa abordagem limitada reforça estigmas e dificulta o diálogo com os estudantes.

Em contraposição, abordagens contemporâneas defendem uma educação sexual integral, fundamentada nos direitos humanos. Segundo UNESCO (2018), programas de educação sexual abrangente contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a promoção da igualdade de gênero. Essa perspectiva amplia o papel da escola na formação cidadã.

A relação entre gênero, sexualidade e direitos humanos é enfatizada por autores como Benevides (2016), que defendem a educação como espaço privilegiado para a construção de uma cultura de direitos. Nesse sentido, a educação sexual ultrapassa o campo da saúde, articulando-se com valores democráticos e de justiça social. Tal articulação fortalece o compromisso ético da prática educativa.

Pesquisas de Abramovay (2015) evidenciam que a ausência de debates qualificados sobre gênero e sexualidade está associada a maiores índices de violência simbólica e física no ambiente escolar. Esses dados reforçam a importância de intervenções pedagógicas sistemáticas e fundamentadas teoricamente. A educação sexual, portanto, assume caráter preventivo e formativo.



# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A formação docente aparece como desafio recorrente na literatura. Junqueira (2013) aponta que professores frequentemente relatam insegurança e falta de preparo para abordar temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Essa lacuna formativa limita a implementação de propostas pedagógicas consistentes e sustentáveis.

Por fim, autores como Meyer e Soares (2020) ressaltam que práticas educativas fundamentadas em perspectivas críticas de gênero contribuem para a construção de ambientes escolares mais inclusivos. A articulação entre teoria e prática, nesse campo, revela-se condição essencial para a efetivação de uma educação comprometida com a dignidade humana e a diversidade.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa, com enfoque teórico-reflexivo sobre gênero, sexualidade e educação. Foram selecionadas obras clássicas e produções contemporâneas que dialogam com os campos da educação, sociologia, filosofia e estudos de gênero, conforme orientações de Minayo (2014).

Os critérios de seleção incluíram relevância teórica, impacto acadêmico e contribuição para a compreensão da educação sexual no contexto escolar. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos institucionais amplamente reconhecidos na área, permitindo articular diferentes perspectivas analíticas (Gil, 2010).

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A análise da literatura evidencia que a educação sexual no contexto escolar se configura como um campo atravessado por disputas simbólicas, políticas e pedagógicas, refletindo tensões mais amplas presentes na sociedade contemporânea. Conforme apontam Foucault (1976) e Apple (2006), o currículo escolar não é neutro, mas expressa relações de poder que determinam quais saberes são legitimados e quais permanecem silenciados. Nesse sentido, a presença ou ausência da educação sexual no currículo revela escolhas políticas e epistemológicas. A literatura indica que a omissão institucional não representa neutralidade, mas a reafirmação de normas hegemônicas sobre gênero e sexualidade. Assim, a escola participa ativamente da produção de sentidos sobre os corpos e as identidades.

Os estudos analisados demonstram que abordagens restritivas da educação sexual, centradas exclusivamente em aspectos biológicos e preventivos, tendem a limitar o alcance formativo das práticas pedagógicas. Autores como Altmann (2001) e Petchesky (1987) destacam que esse modelo reforça uma concepção instrumental da sexualidade, desconsiderando suas dimensões afetivas, culturais e sociais. Como consequência, os estudantes permanecem sem espaços institucionais para refletir criticamente sobre suas experiências. Essa lacuna favorece a reprodução de desinformação e de estigmas. Dessa forma, a literatura aponta a necessidade de superar perspectivas reducionistas.

A articulação entre gênero e sexualidade emerge como elemento central para compreender desigualdades presentes no cotidiano escolar. Estudos fundamentados em Scott (1995) e Louro (2008) evidenciam que expectativas normativas atribuídas a meninos e meninas influenciam trajetórias escolares,

relações interpessoais e processos avaliativos. Essas expectativas são reiteradas por meio de práticas pedagógicas aparentemente neutras, como a divisão de atividades ou a gestão disciplinar. A educação sexual crítica possibilita a problematização desses padrões. Assim, contribui para a construção de ambientes educativos mais reflexivos e inclusivos.

A literatura também aponta que a invisibilização da diversidade sexual e de gênero está associada a contextos escolares marcados por violência simbólica, discriminação e exclusão. Pesquisas de Junqueira (2013) e Weeks (2010) indicam que estudantes que não se enquadram nas normas heteronormativas enfrentam maiores índices de bullying e sofrimento psíquico. A ausência de abordagens educativas consistentes reforça sentimentos de não pertencimento. Nesse cenário, a educação sexual assume função estratégica ao legitimar a diversidade como dimensão da experiência humana. Tal reconhecimento contribui para a redução de práticas discriminatórias.

Estudos internacionais analisados indicam que programas de educação sexual abrangente estão associados ao desenvolvimento de competências críticas e socioemocionais entre os estudantes. Kirby (2007) e a UNESCO (2018) destacam que essas iniciativas favorecem a tomada de decisões informadas, o respeito mútuo e a construção de relações mais equitativas. Esses resultados reforçam a compreensão da educação sexual como prática pedagógica contínua, e não como intervenção pontual. A literatura evidencia que a consistência das ações é fator determinante para seus impactos. Assim, a educação sexual amplia sua relevância no projeto pedagógico escolar.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

No contexto brasileiro, os resultados da revisão indicam desafios estruturais para a implementação da educação sexual nas escolas. Estudos de Silva, Souza e Oliveira (2020) apontam que a ausência de diretrizes claras e a descontinuidade das políticas públicas resultam em práticas fragmentadas. Muitas vezes, a abordagem do tema depende exclusivamente da iniciativa individual de professores. Essa fragilidade institucional compromete a sustentabilidade das ações educativas. A literatura ressalta, portanto, a necessidade de políticas educacionais mais consistentes.

A formação docente emerge como um dos principais eixos problematizados nos estudos analisados. Autores como Nóvoa (2017) e Tardif (2014) enfatizam que a profissionalidade docente envolve saberes teóricos, éticos e reflexivos, frequentemente pouco explorados na formação inicial no que se refere a gênero e sexualidade. Junqueira (2013) destaca que a falta de preparo gera insegurança e evita o enfrentamento do tema em sala de aula. Essa limitação impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas. Assim, a literatura converge na defesa de investimentos formativos específicos.

Outro aspecto recorrente refere-se à influência de discursos morais, religiosos e ideológicos na abordagem da educação sexual. Ball (2012) argumenta que disputas políticas incidem diretamente sobre o currículo escolar, produzindo avanços e retrocessos. A análise dos estudos revela que essas tensões frequentemente resultam em autocensura docente e esvaziamento conceitual do tema. A educação sexual passa a ser tratada como questão controversa, e não como direito educativo. Esse cenário

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

reforça a importância da fundamentação científica e ética das práticas pedagógicas.

A relação entre educação sexual e promoção dos direitos humanos aparece de forma consistente na literatura analisada. Documentos internacionais e pesquisas acadêmicas apontam que a abordagem de temas como consentimento, igualdade de gênero e diversidade contribui para a formação cidadã dos estudantes (UNESCO, 2018; Benevides, 2016). A escola, nesse sentido, é compreendida como espaço privilegiado para a construção de valores democráticos. A educação sexual amplia o compromisso social da educação. Essa perspectiva fortalece sua legitimidade no currículo escolar.

Os resultados também indicam que a integração da educação sexual ao projeto político-pedagógico favorece maior coerência institucional. Apple (2006) destaca que ações isoladas tendem a perder força, enquanto práticas integradas promovem mudanças na cultura escolar. A transversalidade, quando acompanhada de planejamento e intencionalidade pedagógica, amplia o alcance formativo da educação sexual. A literatura evidencia que a institucionalização do tema fortalece sua continuidade. Assim, o compromisso coletivo emerge como fator central.

A análise aponta, ainda, que contextos escolares que promovem espaços de diálogo apresentam melhores resultados na abordagem de gênero e sexualidade. Freire (1996) contribui ao defender o diálogo como princípio educativo fundamental para a construção do conhecimento. Estudos contemporâneos indicam que metodologias participativas favorecem maior engajamento estudantil. A educação sexual, nesse formato, aproxima-se das

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

vivências dos sujeitos. Essa aproximação potencializa seus efeitos pedagógicos.

Outro elemento identificado refere-se à relação entre educação sexual e saúde mental. Pesquisas recentes indicam que ambientes escolares inclusivos contribuem para o bem-estar psicológico de estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados (Meyer; Soares, 2020). A educação sexual atua na validação das experiências e identidades. Esse reconhecimento institucional reduz sentimentos de isolamento. A literatura reforça a dimensão protetiva dessas práticas.

A revisão evidencia que a ausência de educação sexual não impede o acesso dos jovens a informações sobre sexualidade, mas compromete sua qualidade e confiabilidade. Altmann (2001) ressalta que, diante do silêncio escolar, estudantes recorrem a fontes informais, frequentemente marcadas por desinformação. Esse dado reforça a responsabilidade pedagógica da escola. A educação sexual institucionalizada contribui para a construção de saberes críticos. Assim, seu papel educativo se fortalece.

Os estudos também indicam que a educação sexual possibilita a articulação entre diferentes marcadores sociais, como gênero, raça e classe. Autoras interseccionais destacam que as desigualdades educacionais são multifacetadas e exigem abordagens integradas (Collins, 2017). A educação sexual, quando sensível a essas intersecções, amplia sua capacidade analítica e pedagógica. A literatura aponta avanços nessa direção. Contudo, ainda identifica lacunas importantes.

Outro resultado relevante refere-se à escassez de instrumentos sistemáticos de avaliação das práticas de educação sexual. Gil (2010) destaca que a ausência de avaliação dificulta o acompanhamento de resultados e o aprimoramento das ações. A literatura aponta a necessidade de pesquisas empíricas mais consistentes. Essa lacuna compromete a consolidação do campo. Assim, a produção científica é convocada a avançar metodologicamente.

A análise também evidencia que o enfrentamento das resistências à educação sexual exige estratégias formativas e comunicacionais. Benevides (2016) ressalta a importância da sensibilização da comunidade escolar, incluindo famílias e gestores. O diálogo institucional fortalece a legitimidade das ações educativas. A literatura indica que experiências bem-sucedidas investem nessa articulação. Dessa forma, a educação sexual se consolida como projeto coletivo.

Os estudos analisados convergem ao apontar que a educação sexual contribui para a melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar. A promoção do respeito e da empatia aparece como resultado recorrente. UNESCO (2018) associa esses efeitos à construção de culturas escolares mais democráticas. A educação sexual amplia o escopo da formação ética. Tal contribuição é amplamente reconhecida.

A revisão também evidencia que escolas situadas em contextos de maior vulnerabilidade social enfrentam desafios adicionais na implementação da educação sexual. Abramovay (2015) destaca a necessidade de políticas públicas integradas que considerem essas especificidades. A literatura aponta

que a educação sexual pode atuar como estratégia de proteção social. Essa função amplia sua relevância em contextos desiguais. Assim, a dimensão social do tema se evidencia.

De modo geral, os resultados indicam que a educação sexual, quando fundamentada teoricamente, institucionalmente sustentada e pedagogicamente planejada, contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos. A articulação entre gênero, sexualidade e educação revela-se indispensável para enfrentar desigualdades historicamente produzidas. A literatura converge na defesa de práticas educativas críticas. Esses achados reforçam a importância do tema no campo educacional contemporâneo.

## 5. CONCLUSÃO

A análise teórica e a revisão de literatura desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que gênero e sexualidade constituem dimensões estruturantes dos processos educativos, atravessando currículos, práticas pedagógicas e relações institucionais no espaço escolar. As contribuições de autores clássicos e contemporâneos demonstram que tais categorias não podem ser compreendidas como aspectos periféricos da educação, uma vez que participam ativamente da produção de subjetividades, da organização das relações sociais e da legitimação de normas culturais. Nesse sentido, a educação sexual emerge como prática pedagógica central para a problematização crítica desses processos, possibilitando a desconstrução de naturalizações historicamente consolidadas.



# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Os estudos analisados indicam que a educação sexual, quando fundamentada em perspectivas críticas e articulada aos direitos humanos, ultrapassa abordagens restritas ao campo biomédico, assumindo papel relevante na formação ética, social e cidadã dos estudantes. Ao promover reflexões sobre diversidade, consentimento, igualdade de gênero e respeito às diferenças, a educação sexual contribui para o enfrentamento de desigualdades, discriminações e violências simbólicas presentes no cotidiano escolar. Dessa forma, a escola reafirma sua função social enquanto espaço de formação integral, comprometido com valores democráticos e com a dignidade humana.

Entretanto, a literatura também evidencia que a efetivação da educação sexual nas escolas permanece condicionada a desafios estruturais, institucionais e formativos. A ausência de políticas públicas consistentes, a fragilidade da formação docente e as disputas ideológicas em torno do currículo limitam a consolidação de práticas pedagógicas sistemáticas e sustentáveis. Tais obstáculos reforçam a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores, na elaboração de currículos fundamentados teoricamente e no fortalecimento de diretrizes institucionais que assegurem a abordagem qualificada do tema.

Diante desse cenário, conclui-se que a educação sexual deve ser compreendida como componente estruturante da educação contemporânea, indispensável para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, reflexivos e socialmente comprometidos. A articulação entre produção teórica, políticas educacionais e práticas pedagógicas revela-se fundamental para a consolidação desse campo. Por fim, destaca-se a importância de

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

ampliar pesquisas empíricas e teóricas que aprofundem a análise dos impactos da educação sexual em diferentes contextos educacionais, contribuindo para o aprimoramento das práticas escolares e para o fortalecimento de uma educação orientada pela justiça social e pelo respeito à diversidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2015.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575–585, 2001.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALL, Stephen J. **Global education inc.: new policy networks and the neo-liberal imaginary**. London: Routledge, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos e políticos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 593–610, 2016.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário: a normatividade em ação**. Brasília: MEC, 2013.

KIRBY, Douglas. **Emerging answers 2007: research findings on programs to reduce teen pregnancy and sexually transmitted diseases**. Washington, DC: National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Educação, gênero e sexualidade: desafios contemporâneos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e92743, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2017.

PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina. Educação sexual, direitos humanos e escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e020123, 2019.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. **Women and health: the politics of sex in science and medicine**. London: Macmillan, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, Rosângela Tavares; SOUZA, Maria Lúcia de; OLIVEIRA, Ana Rita de. Educação sexual nas escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250036, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

UNESCO. **International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach**. Paris: UNESCO, 2018.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality**. 3. ed. London: Routledge, 2010.

<sup>1</sup> Mestranda em Linguagem e Ensino – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB -2024. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1069-8504>. E-mail: [gssilva@aluno.unilab.edu.br](mailto:gssilva@aluno.unilab.edu.br)